

1- Título do Projeto:

Implicações da Criação do Parque Estadual do Biribiri, no Modo de Vida da Comunidade e no Desenvolvimento do Turismo.

Natureza: Projeto de Pesquisa.

Nº de Cadastro na PRPPG: PRPPG/365/10.

Resumo:

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) é uma Unidade de Conservação (UC) localizada na microrregião de Diamantina (MG), pertencente à Cadeia do Espinhaço. O objetivo dessa pesquisa foi fazer uma análise crítica e reflexiva sobre o processo de criação e gestão do PEBI e suas implicações no modo de vida da comunidade e no desenvolvimento do turismo. Para tanto, a pesquisa se baseou em metodologia qualitativa, por meio da qual foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica; pesquisa de gabinete; trabalhos de campo; leitura e análise de atas do conselho gestor da Unidade de Conservação; entrevistas semiestruturadas; observação participativa e a aplicação de questionários com turistas do Parque. O PEBI está localizado no Alto Jequitinhonha, região onde as comunidades estabeleceram diversas formas de uso dos recursos naturais como forma de geração de renda, sendo que, muitas dessas atividades foram proibidas dentro da área do Parque, sem que outra alternativa de renda fosse oferecida. Além disso, o PEBI está localizado muito próximo à área urbana de Diamantina – MG, em uma região que é palco de expansão urbana. Destaca-se que o PEBI ainda não foi devidamente implantado, pois não foi feita a regularização fundiária. Por conta disso, o Parque é uma UC sem estrutura, e que ainda não foi oficialmente aberto à visitação. Contudo, esta atividade acontece diariamente no PEBI e de forma desordenada. Diante de toda dificuldade exposta, a gestão do Parque tem conseguido alcançar alguns dos objetivos de criação da UC, mas é evidente que o alcance de alguns objetivos previstos pela legislação se tornam grandes desafios, visto as várias demandas de uso da Unidade de Conservação. Como resultado, pode-se perceber que a criação do Parque gerou uma série de conflitos entre os interesses de conservação dos recursos naturais, desenvolvimento de atividades turísticas e atendimento das demandas das comunidades. Torna-se, então, necessário pensar em formas de envolvimento dos moradores na gestão da UC, bem como em atividades que compatibilizem desenvolvimento econômico das comunidades e a conservação

dos recursos naturais, procurando minimizar os conflitos existentes. Neste contexto, o turismo surge como uma possibilidade alternativa. Desta forma, esta pesquisa pretende contribuir com a gestão do PEBI e com a criação de uma visão mais positiva do Parque pela comunidade do entorno.

Coordenadora: Raquel Faria Scalco

Alunos de graduação envolvidos:

Daniella Eloi de Souza (bolsista Fapemig)

Kelsilene Fernandes Xavier (voluntária)

Lucimara Cardoso Mariano (voluntária)

Início: 03/2011

Término: 01/2012

2- Título do Projeto:

Análise da Oferta Turística da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes

Natureza: Projeto de Pesquisa.

N° de Cadastro na PRPPG: 1342013

Resumo:

A Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes (APAEAV) é uma unidade de conservação (UC) de Uso Sustentável, criada em 21 de janeiro de 1998 por meio do decreto n° 39.309, tendo área total de 76.310 ha. Os municípios que abrangem a APAEAV são: Serro, Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas e Santo Antônio do Itambé. O presente projeto consiste em um diagnóstico da oferta turística da APA, com o objetivo de conhecer seu potencial turístico, suas deficiências e dificuldades para o desenvolvimento desta atividade, uma vez que esta pode ser vista como uma importante fonte de renda para os moradores da UC, já que vai ao encontro também das necessidades de conservação da área. Desta forma, foi realizada uma parceria entre o IEF e o curso de turismo da UFVJM, com o objetivo de analisar a oferta turística da APA das Águas Vertentes; produzir material pertinente à complementação do Plano de Manejo da UC; identificar e contextualizar o potencial turístico da APAEAV, por meio da atualização e elaboração do Inventário da Oferta Turística; apontar ações e projetos a serem implementados visando o ordenamento do turismo na UC; contribuir para a gestão da UC; contribuir para o desenvolvimento ordenado do turismo na APAEAV e para a geração de renda para a comunidade por meio do possível desenvolvimento desta atividade. Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica; pesquisa de gabinete; trabalhos de campo para a elaboração do Inventário da Oferta Turística (seguindo a metodologia do Ministério do Turismo); análise e processamento das informações; elaboração de mapa turístico da APA. Assim, foi possível criar subsídios para que o planejamento turístico da APA seja realizado, podendo contribuir para que o turismo se configure como importante fonte de renda para várias comunidades presentes na APA e, ainda, possibilitar uma rica experiência acadêmica aos alunos envolvidos no projeto. Como resultado da pesquisa, foi realizado o estudo da oferta turística da APA, visando subsidiar a elaboração do plano de manejo, uma vez que o uso público da UC por meio do desenvolvimento do turismo pode ser uma importante fonte de renda para os moradores, atendendo também às necessidades de conservação da área. Neste sentido, pode-se perceber-se que a APAEAV possui um grande potencial para o desenvolvimento turístico, mas este ainda é pouco desenvolvido na APA. Para que efetivamente se consolide como um destino turístico, se faz necessário que a unidade de conservação esteja articulada com os poderes públicos dos municípios pertencentes à APAEAV, bem como do apoio das próprias comunidades e iniciativas privadas, todos

engajados em prol de proteger e recuperar os recursos existentes e desenvolver atividades turísticas na região.

Coordenadora:

Raquel Faria Scalco

Professores colaboradores:

Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Daniella Eloi de Souza (substituta)

Alunos de graduação envolvidos:

Paulo Victor Ferreira de Aguiar (bolsista - outubro/2013 a fevereiro/2014))

Kátia do Amaral Silva (bolsista - abril/2014 a maio/2014)

Adeline Isis Rodrigues da Motta (bolsista - junho/2014 a agosto/2014)

Maíra Cristina de Oliveira Lima (voluntária)

Maria Lúcia Santos Fernandes (voluntária)

Carlos Henrique Evangelista (voluntário)

Rafael Américo Ayres (voluntário)

Daniel Vieira (voluntário)

Marcus Vinícius Moreira (voluntário)

Início: 04/2013

Término: 09/2014

3- Título do Projeto:

Oficinas de Legislação Ambiental e Turismo para Comunidades do Entorno do Parque Estadual do Biribiri.

Natureza do projeto: Extensão.

Número do registro PROEXC: 016.2.016-2011

Resumo:

Este projeto de extensão teve por objetivo possibilitar à comunidade que vive no entorno de Parque Estadual do Biribiri (PEBI) a ampliação dos conhecimentos sobre a legislação ambiental incidente nesta área e sobre o desenvolvimento do turismo; contribuir para a compreensão e explicitação das principais restrições impostas a essas comunidades pela criação do Parque Estadual do Biribiri; compreender como elas reagem à imposição dessas leis. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas para embasamento teórico sobre legislação ambiental e trabalhos de campo para conhecimento sobre a realidade local. Posteriormente, foi elaborada uma cartilha educativa para auxiliar nas oficinas e formatação das oficinas. Logo após, foi dado início ao desenvolvimento das oficinas, sendo que foram realizadas duas oficinas em Mendanha, duas oficinas no Bairro Cidade Nova, duas em Pinheiro, três no meio acadêmico da UFVJM e uma na comunidade de Maria Nunes, totalizando 157 participantes. A finalidade das oficinas é tentar minimizar conflitos existentes entre essas comunidades e o Instituto Estadual de Florestas – IEF, e informá-las sobre a Legislação Ambiental pertinente, bem como demonstrar e incentivar as formas de participação na gestão da Unidade Conservação (UC). Observou-se, num primeiro momento, o interesse de pessoas da comunidade que vêm nas oficinas uma oportunidade de repassar os conhecimentos absorvidos para os demais moradores do local. Além disso, as oficinas buscam tratar de exemplos práticos, que fazem parte do cotidiano daquelas pessoas para que elas possam compreender melhor o conteúdo discutido, expondo suas demandas e retirando suas dúvidas. As oficinas são importantes para os moradores da região por demonstrar seus direitos e esclarecer dúvidas do dia-a-dia desses indivíduos. Surgiram questionamentos acerca da permissão do cultivo de hortas à beira do rio, do tamanho exato do parque e exemplos práticos dos limites físicos, dúvidas referentes à regularização para prevenção de multas dos órgãos fiscalizadores, além de dúvidas quanto a lei de crimes ambientais (caça, pesca, extração de vegetação nativa, etc.). As oficinas possibilitam ainda o intercâmbio de conhecimentos entre os discentes atuantes no projeto e a comunidade local, esta última demonstrando os saberes acerca da realidade local em contrapartida com os conhecimentos teóricos a respeito da Legislação Ambiental incidente no entorno de Unidades de Conservação.

Coordenadora: Raquel Faria Scalco

Alunos de graduação envolvidos:

Herbert Amaro Aurélio Souza (bolsista)

Daniella Eloi de Souza (Voluntária)

Nauê Gonçalves Bulhões (Voluntária)

Polliane Rocha da Cruz (voluntária)

Stefane Grace Batista Araujo (voluntária)

Início: 02/03/2011

Término: 03/03/2012